



ACÓRDÃO Nº842/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11158/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Zanele Rocha Teixeira (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5814/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas. Exercício de 2016.

Irregularidade. Revelia. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Alcance. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Senhora **Zanele Rocha Teixeira**, Gestora e Ordenadora de Despesas da **Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas**, à época, nos termos do artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, Lei nº. 2423/1996-LOTCE/AM c/c com o artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução 04/2002 – RI/TCE.
- 10.2. **Considerar revel** a Senhora **Zanele Rocha Teixeira**, Gestora e Ordenadora de Despesas da **Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas** no exercício de 2016, nos termos do art. 20, § 3º, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 88 da Resolução nº 04/2002, pela não apresentação de documentos e/ou justificativas para as restrições apontadas pela Comissão de Inspeção desta Corte de Contas.
- 10.3. **Aplicar Multa** a Senhora **Zanele Rocha Teixeira**, Gestora e Ordenadora de Despesas da **Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas**, à época, no valor de **R\$ 2.192,06**, (Dois Mil, Cento e Noventa e Dois Reais e Seis Centavos), na forma prevista no artigo 54, inciso IV, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, inciso I, alínea “a”, da Resolução nº 04/2002-RI/TCE,



ACÓRDÃO Nº842/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº 25, de 30 de agosto de 2012, por não atendimento as diligências, no prazo fixado, sem causa justificada, quanto aos itens de 01 a 16 das Notificações nº 322/2017-DICAD/AM (fls. 192/200), nº 04/2018-DICAD/AM (fls. 201/209) e Notificações Via Edital as fls. 221/ 223.

10.3.1. **Fixar o prazo** o prazo de 30 (Trinta) dias para que a Senhora **Zanele Rocha Teixeira**, Gestora e Ordenadora de Despesas da **Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas**, à época, proceda com o recolhimento da multa a ela imputada ao Cofre Estadual para o Órgão Fundo de Apoio ao Exercício de Controle Externo – FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei nº 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, devendo a Responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei nº 2423/1996, c/c o art. 169, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.3.2. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a” , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Aplicar Multa a Senhora **Zanele Rocha Teixeira**, Gestora e Ordenadora de Despesas da **Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas**, à época, no valor de **R\$ 8.768,25** (Oito Mil, Setecentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Cinco centavos), na forma prevista no art. 1º, XXVI, da Lei 2.423 de 10.12.1996 – LO/TCE, nos termos do artigo 54, incisos II e III, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE c/c o artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução TCE nº 04/2002), inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº 25, de 30 de agosto de 2012, pelo cometimento das impropriedades listadas nos itens 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.7, item 6.8 e subitens, itens 6.9 e subitens, item 10 e subitens, item 6.11 e subitens, item 6.12 e subitem e item 6.13 do Relatório/Voto.

10.4.1. Fixe o prazo o prazo de 30 (Trinta) dias para que a Senhora **Zanele Rocha Teixeira**, Gestora e Ordenadora de Despesas da **Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas**, à época, proceda com o recolhimento da multa a ela imputada ao



ACÓRDÃO Nº842/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Cofre Estadual para o Órgão Fundo de Apoio ao Exercício de Controle Externo – FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei nº 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, devendo a Responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei nº 2423/1996, c/c o art. 169, I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4.2. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a” , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança Executiva, da Senhora **Zanele Rocha Teixeira**, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, em consonância com o art. 72, III, alínea “a” e art. 73, ambos da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art. 169, II e art. 173 e 308, § 6º, todos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno).

10.6. Considerar em Alcance a Senhora **Zanele Rocha Teixeira**, Gestora e Ordenadora de Despesas da **Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas**, à época, montante de **R\$ 1.232.986,68** (Um Milhão, Duzentos e Trinta e Dois Mil, Novecentos e Oitenta e Seis Reais e Sessenta e Oito Centavos) nos valores discriminados a seguir:

10.6.1. **R\$ 13.906,68**, pelo pagamento de despesa referente a multas e juros ao Instituto Nacional de Seguridade de Social/INSS, conforme demonstrado no item 6.14 do Relatório/Voto, nos termos do artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.6.2. **R\$ 642.000,00**, pelo pagamento de despesa referente ao **contrato de locação nº 010/2014** com a empresa **Y. A. Empreendimentos e Participações Ltda.**, conforme demonstrado no item 6.15 do Relatório/Voto, nos termos do artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.6.3. **R\$ 577.080,000**, pelo pagamento de despesa referente ao **contrato de locação nº 008/2014** com a empresa **Shopping Manaus Via Norte S/A**, conforme demonstrado



ACÓRDÃO Nº842/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

no item 6.16 do Relatório/Voto, nos termos do artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.6.4. **Fixar prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da notificação, para que a responsável recolha os valores do débito acima aplicado aos cofres da Fazenda Pública Estadual, para a Ouvidoria Geral do Estado do Amazonas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea “a” e “b”, c/c o artigo 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996 e o artigo 169, inciso I, c/c o artigo 174, *caput*, da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

10.7. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança Executiva, da Senhora **Zanele Rocha Teixeira**, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, em consonância com o art. 72, III, alínea “a” e art. 73, ambos da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM (Lei Orgânica), c/c o art. 169, II e art. 173 e 308, § 6º, todos da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM (Regimento Interno).

10.8. Recomendar em decorrência dos indícios de improbidade administrativa (Lei 8.429/92), ao Ministério Público de Contas que, se for o caso, represente ao **Ministério Público Estadual** acerca das irregularidades consignadas neste caderno processual, colocando-se os autos à sua disposição, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, nos termos do artigo 114, inciso III, da Lei Estadual nº 2.423/1996 e artigo 54, inciso XII, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral